## PROJETO DE LEI Nº 1.705, DE 2021

Apensado: PL nº 2.797/2021

Dispõe sobre a prioridade de oferta de vagas para filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica.

Autor: Deputado BENES LEOCÁDIO

**Relatora:** Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

## I - RELATÓRIO

As proposições em tramitação são, ambas, de lavra do nobre Deputado Benes Leocádio. O PL nº 1.705, de 2021, 'Dispõe sobre a prioridade de oferta de vagas para filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica". O PL nº 2.797, de 2021, apensado, "Assegura à vítima de violência doméstica matrícula de seus filhos na instituição de ensino mais próxima de sua residência, seja pública ou privada, e para tanto altera Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências."

A matéria foi despachada às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Educação; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

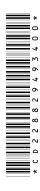
A tramitação dá-se sob o Regime ordinário (art. 151, III, RICD).

A apreciação é conclusiva pelas Comissões (art. 24 II, RICD).

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas às proposições.

Em 06/12/2021, a Douta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou as proposições, na forma de Substitutivo – que não mais prevê





nova lei avulsa, como propõe o PL nº 1.705, de 2021, ou alteração à Lei Maria da Penha, como prevê o PL nº 2.797, de 2021.

O Substitutivo propõe alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

É o Relatório.

#### **II - VOTO DA RELATORA**

As proposições são meritórias. Como lembra o nobre autor, "a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, nos termos da Lei Maria da Penha. É uma tragédia com graves consequências físicas, emocionais e psicológicas para a mulher agredida e seus filhos – expostos a ambiente de violência, e atingidos, também, por violência, senão física, psicológica e simbólica".

Essa situação pode comprometer a fruição do direito à educação pelos dependentes da vítima de violência doméstica. Daí porque consideramos acertado que a questão seja trazida à Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB).

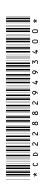
Assinale-se que, em 2019, foi aprovada a **Lei nº 13.882/2019**, que alterou a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que passou a vigorar com a sequinte redação:

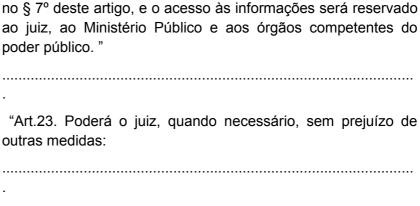
"Art.9°	 	 	

§ 7º A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.

§ 8º Serão sigilosos os dados da ofendida e de seus dependentes matriculados ou transferidos conforme o disposto







V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.

Desta forma, o objetivo central da proposição, tal como expresso na ementa, já está, de certa forma, contemplado na legislação em vigor. A expressão "independentemente de vaga" já chancela a prioridade. Deve ser criada a vaga.

Nos termos atuais da Lei Maria da Penha, no entanto, essa ação é uma faculdade do juiz. O que a Douta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher propõe é que haja previsão na LDB que torne obrigatória a matrícula. Assim o Substitutivo daquela Comissão prevê:

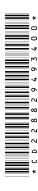
"Art. 2º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4°	 
•••••	 

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade, assegurada prioridade a filhos e dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Parágrafo único. Na hipótese de mudança no domicílio das vítimas de violência doméstica e familiar, em decorrência da aplicação do disposto no inciso X do caput, deverá ser remanejada a imediata matrícula para a escola pública mais





próxima da nova residência e a devida comunicação ao Conselho Tutelar competente, para acompanhamento."

Observe-se que, no caso de violência doméstica, a matrícula deve ser em instituição de ensino que seja mais favorável à integridade física, psicológica e mental da mãe vítima de violência doméstica e de seus dependentes – que **não necessariamente é a instituição mais próxima à residência**.

Apresentamos uma emenda neste sentido e outras de redação, com o objetivo de aprimorar o texto.

Diante do exposto, voto pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.705, de 2021, e 2.797/2021, na forma do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em de novembro de 2022.





## PROJETO DE LEI Nº 1.705, DE 2021

Apensado: PL nº 2.797/2021

Assegura prioridade à vaga em instituições de ensino público básico aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

#### **EMENDA Nº 1**

Dê-se à ementa do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 1.705, de 2021, a seguinte redação:

"Assegura prioridade de matrícula em escola de educação básica pública aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar."

Sala da Comissão, em de novembro de 2022.





## PROJETO DE LEI Nº 1.705, DE 2021

Apensado: PL nº 2.797/2021

Assegura prioridade à vaga em instituições de ensino público básico aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

#### **EMENDA Nº 2**

Dê-se ao art. 1º do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 1.705, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para assegurar prioridade de matrícula em escola de educação básica pública aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar."

Sala da Comissão, em de novembro de 2022.





## PROJETO DE LEI Nº 1.705, DE 2021

Apensado: PL nº 2.797/2021

Assegura prioridade à vaga em instituições de ensino público básico aos filhos ou dependentes das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

#### **EMENDA Nº 3**

Dê-se ao art. 2º do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 1.705, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.	4°	 										

- § 1º No caso em que a mulher responsável pelo educando seja vítima de violência doméstica e familiar, a matrícula será efetuada em instituição de ensino que seja mais favorável à sua integridade física, psicológica e mental, bem como à de seus dependentes.
- § 2º Em caso de mudança no domicílio, deverá ser remanejada imediatamente a matrícula do educando para a escola pública cuja localização seja mais favorável à integridade física, psicológica e mental da mulher vítima de violência doméstica e familiar.
- § 3º Em qualquer caso, será feita a devida comunicação ao Conselho Tutelar competente, para acompanhamento.' (NR)"





Sala da Comissão, em de novembro de 2022.



